

19 ABR 1989

DÍVIDA EXTERNA

GAZETA MERCANTIL

Brasil repassa ao Paraguai seus ideais como devedor

19 ABR 1989

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

Brasil e Paraguai inauguraram nesta segunda-feira, em Assunção, uma nova política para a dívida na América Latina. Com o acordo de reescalonamento dos débitos paraguaios, de US\$ 468 milhões, assinado do lado brasileiro pelo presidente do Banco Central, Elmo Camões, foi posta em prática, pela primeira vez, uma das opções do "menu" estabelecido pelos países do Grupo dos Oito (Argentina, Brasil, México, Venezuela, Colômbia, Uruguai e Peru — o Panamá está suspenso temporariamente) para um novo tratamento à questão da dívida intraregional.

O "menu", que consta do documento do G-8, preparado por seus ministros da Fazenda no Rio de Janeiro, em dezembro de 1988, foi aprovado pelo presidente José Sarney e inclui as seguintes opções: mecanismos inovadores para redução do principal e do serviço da dívida; intercâmbio de bônus da dívida; conversão de dívida externa em investimentos e em moeda local; pagamento de juros parcial e total com papéis do país credor; compatibilidade entre o serviço da dívida e a capacidade do país devedor.

Com o Paraguai, cuja negociação começou no final do ano passado, o país

acertou um esquema que prevê que a dívida poderá ser paga com títulos da dívida brasileira adquiridos pelo governo paraguaio no mercado secundário — com um deságio de cerca de 70% — e trocados com o Banco Central do Brasil "ao par", isto é, com o valor de face dos papéis.

O Paraguai terá vinte anos para pagar seus débitos e oito de carência. As autoridades do Banco Central preferem não divulgar detalhes do acordo, como a taxa de juros, mas, segundo apurou este jornal, o Brasil, como grande devedor, não pode cobrar juros abaixo do mercado porque paga um alto custo para captar recursos financeiros.

Os mecanismos de redução da dívida latino-americana têm a vantagem de contribuir para uma maior integração regional porque os pagamentos podem ser cursados no Convênio de Crédito Recíproco (CCR), no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). "Isso reforça a capacidade de pagamento dos países e abre oportunidades para aumentar o comércio", enfatiza uma fonte do Itamaraty. "Quanto mais pagamentos houver ao CCR, resultantes de acerto de dívidas bilaterais, haverá mais equilíbrio em termos multilaterais, porque todos os

parceiros se beneficiarão com a maior capacidade de pagamentos", explica.

A Bolívia poderá ser o segundo país a renegociar seus débitos de cerca de US\$ 300 milhões pelos novos parâmetros instituídos por Brasília. Essa nova política, segundo a fonte diplomática, leva em conta a capacidade de pagamento do país endividado e contém a idéia de aproximar o discurso do Brasil credor daquele do Brasil devedor, sem concessões impossíveis. Recebendo seus créditos, que já somam US\$ 3,5 bilhões na América Latina, o país estará reduzindo suas obrigações com a comunidade internacional e, ao mesmo tempo, abatendo dívidas.

Uma missão do Banco Central, Itamaraty, Cacex e Ministério da Fazenda, esteve em La Paz para uma abordagem prévia do assunto. Eventualmente, poder-se-ia até usar os mecanismos do Plano Brady na negociação com a Bolívia. Se os bolivianos tiverem recursos para comprar títulos brasileiros no mercado secundário, poderão depois ser ressarcidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD), que repariam as reservas da Bolívia.

Cada caso é um caso. Mesmo a Costa Rica, que não pertence à Aladi e já fez um reescalonamento de

sua dívida com o Brasil pelos métodos tradicionais, está na fila para beneficiar-se dos novos parâmetros.

Além da inovação no esquema de abatimento da dívida paraguaia, o Brasil conseguiu que o Paraguai reconhecesse a maior parte de seus débitos — US\$ 300 milhões — contraídos mediante a importação de equipamentos para a construção da Usina Siderúrgica Aceros Del Paraguay (Acepar). Os paraguaios entendiam que o Brasil era co-responsável pelo empreendimento e que deveria importar seus produtos. Alegavam que não tinham compromisso de saldar a dívida da Acepar.

Os maiores credores da América Latina — Brasil, México, Argentina e Venezuela — são também os maiores devedores. A razão é que esses países se endividaram visando ao crescimento que se fez em parte mediante um aumento da capacidade exportadora. Para competir no mercado, esses países tiveram de oferecer créditos de exportação, que, com a crise de liquidez no Terceiro Mundo, deixaram de ser pagos.

A Cacex está interessada na redução da dívida latino-americana para renovar a sua carteira de créditos destinados a financiar a venda de produtos e serviços brasileiros.